

Técnico de Fomento C – TFC**Advogado****Informações Gerais:**

1. Você está recebendo do fiscal de sala o seguinte material:
 - a) o caderno de prova, com o enunciado das 70 (setenta) questões, sem repetição ou falha.
 - b) a folha de repostas.
2. Ao receber a folha de respostas, é obrigação do candidato:
 - a) conferir se seu nome, número de inscrição e cargo escolhido estão corretos;
 - b) ler atentamente as instruções para seu preenchimento;
 - c) assinar a folha de respostas.
3. A folha de respostas será o único documento válido para a correção da prova.
4. O preenchimento da folha de respostas deverá ser feito com a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, sendo de inteira responsabilidade do candidato.
5. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
6. As questões da prova são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.
7. O tempo estabelecido para essa prova, incluindo o tempo para a marcação da folha de respostas, é de 4 (quatro) horas.
8. Durante as primeiras duas horas, o candidato não poderá deixar o recinto de realização da prova, salvo por motivo de força maior.
9. O candidato não pode anotar as marcações das questões da prova senão na folha de repostas e no caderno de questões.
10. O candidato somente poderá levar consigo este caderno de questões se permanecer em sala até 30 (trinta) minutos antes do término do horário previsto.



Língua Portuguesa

Jeitinho

O jeitinho não se relaciona com um sentimento revolucionário, pois aqui não há o ânimo de se mudar o *status quo*. O que se busca é obter um rápido favor para si, às escondidas e sem chamar a atenção; por isso, o jeitinho pode ser também definido como "molejo", "jogo de cintura", habilidade de se "dar bem" em uma situação "apertada".

Em sua obra *O Que Faz o Brasil, Brasil?*, o antropólogo Roberto DaMatta compara a postura dos norte-americanos e a dos brasileiros em relação às leis. Explica que a atitude formalista, respeitadora e zelosa dos norte-americanos causa admiração e espanto aos brasileiros, acostumados a violar e a ver violadas as próprias instituições; no entanto, afirma que é ingênuo creditar a postura brasileira apenas à ausência de educação adequada.

O antropólogo prossegue explicando que, diferente das norte-americanas, as instituições brasileiras foram desenhadas para coagir e desarticular o indivíduo. A natureza do Estado é naturalmente coercitiva; porém, no caso brasileiro, é inadequada à realidade individual. Um curioso termo – Belíndia – define precisamente esta situação: leis e impostos da Bélgica, realidade social da Índia.

Ora, incapacitado pelas leis, descaracterizado por uma realidade opressora, o brasileiro buscará utilizar recursos que vençam a dureza da formalidade se quiser obter o que muitas vezes será necessário à sua sobrevivência. Diante de uma autoridade, utilizará termos emocionais, tentará descobrir alguma coisa que possuam em comum - um conhecido, uma cidade da qual gostam, a "terrinha" natal onde passaram a infância - e apelará para um discurso emocional, com a certeza de que a autoridade, sendo exercida por um brasileiro, poderá muito bem se sentir tocada por esse discurso. E muitas vezes conseguirá o que precisa.

Nos Estados Unidos da América, as leis não admitem permissividade alguma e possuem franca influência na esfera dos costumes e da vida privada. Em termos mais populares, diz-se que, lá, ou "pode" ou "não pode". No Brasil, descobre-se que é possível um "pode-e-não-pode". É uma contradição simples: acredita-se que a exceção a ser aberta em nome da cordialidade não constituiria pretexto para outras exceções. Portanto, o jeitinho jamais gera formalidade, e essa jamais sairá ferida após o uso desse atalho.

Ainda de acordo com DaMatta, a informalidade é também exercida por esferas de influência superiores. Quando uma autoridade "maior" vê-se coagida por uma "menor", imediatamente ameaça fazer uso de sua influência; dessa forma, buscará dissuadir a autoridade "menor" de aplicar-lhe uma sanção.

A fórmula típica de tal atitude está contida no golpe conhecido por "carteirada", que se vale da célebre frase "você sabe com quem está falando?". Num exemplo clássico, um promotor público que vê seu carro sendo multado por uma autoridade de trânsito imediatamente fará uso (no caso, abusivo) de sua autoridade: "Você sabe com quem está falando? Eu sou o promotor público!". No entendimento de Roberto DaMatta, de qualquer forma, um "jeitinho" foi dado.

(In: www.wikipedia.org - com adaptações.)

1

De acordo com o texto, é correto afirmar que:

- o jeitinho brasileiro é um comportamento motivado pelo descompasso entre a natureza do Estado e a realidade observada no plano do indivíduo.
- as instituições norte-americanas, bem como as brasileiras, funcionam sem permissividade porque estão em sintonia com os anseios e atitudes do cidadão.
- a falta de educação do brasileiro deve ser atribuída à incapacidade de o indivíduo adequar-se à lei, uma vez que ele se sente desprotegido pelo Estado.
- a famosa "carteirada" constitui uma das manifestações do jeitinho brasileiro e define-se pelo fato de dois poderes simetricamente representados entrarem em tensão.
- nos Estados Unidos da América, as leis influem decisivamente apenas na vida pública do cidadão, ao contrário do que ocorre no Brasil, onde as leis logram mudar comportamentos no plano dos costumes e da vida privada.

2

Com relação à estruturação do texto e dos parágrafos, analise as afirmativas a seguir.

- O primeiro parágrafo introduz o tema, discorrendo sobre a origem histórica do jeitinho.
- A tese, apresentada no segundo parágrafo, encontra-se na frase iniciada por *no entanto*.
- O quarto parágrafo apresenta o argumento central para a sustentação da tese.

Assinale:

- se somente a afirmativa I estiver correta.
- se somente a afirmativa II estiver correta.
- se somente a afirmativa III estiver correta.
- se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- se todas as afirmativas estiverem corretas.

3

Assinale a alternativa que identifique a composição tipológica do texto "Jeitinho".

- Descritivo, com sequências narrativas.
- Expositivo, com sequências argumentativas.
- Injuntivo, com sequências argumentativas.
- Narrativo, com sequências descritivas.
- Argumentativo, com sequências injuntivas.

4

Analise o fragmento a seguir.

Explica que a atitude formalista, respeitadora e zelosa dos norte-americanos causa admiração e espanto aos brasileiros, acostumados a violar e a ver violadas as próprias instituições.

Assinale a alternativa que apresente as propostas de substituição dos trechos sublinhados nas quais se preserva a correção estabelecida pela norma gramatical.

- Causa-lhe admiração e espanto / a vê-la violadas.
- Causa-os admiração e espanto / a ver-lhes violadas.
- Causa-los admiração e espanto / a ver-lhe violadas.
- Causa-os admiração e espanto / a vê-as violadas.
- Causa-lhes admiração e espanto / a vê-las violadas.

5

A natureza do Estado é naturalmente coercitiva; porém, no caso brasileiro, é inadequada à realidade individual.

A respeito do uso do vocábulo *porém* no fragmento acima, é correto afirmar que se trata de uma conjunção:

- (A) subordinativa que estabelece conexão entre a oração principal e a adverbial concessiva.
- (B) integrante que estabelece conexão entre períodos coordenados com valor de consequência.
- (C) coordenativa que estabelece conexão entre as orações introduzindo oração de valor adversativo.
- (D) integrante que estabelece conexão entre a oração principal e a oração objetiva direta.
- (E) coordenativa que estabelece conexão entre as orações introduzindo oração com valor explicativo.

6

A construção da frase “*tentará descobrir alguma coisa que possuam em comum – um conhecido, uma cidade da qual gostam”*, está correta em relação à regência dos verbos *possuir* e *gostar*.

De acordo com a norma padrão, assinale a alternativa que apresente **erro** de regência.

- (A) Apresentam-se algumas teses a cujas ideias procuro me orientar.
- (B) As características pelas quais um povo se identifica devem ser preservadas.
- (C) Esse é o projeto cujo objetivo principal é a reflexão sobre a brasilidade.
- (D) Eis os melhores poemas nacionalistas de que se tem conhecimento.
- (E) Aquela é a livraria onde foi lançado o romance recorde de vendas.

7

Quanto à correspondência oficial do tipo *memorando*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tem como característica principal a complexidade.
- (B) Diferencia-se do ofício mais pela finalidade do que pela forma.
- (C) Presta-se exclusivamente à comunicação externa.
- (D) Dispensa a identificação do órgão expedidor.
- (E) Deve identificar o destinatário pelo nome completo.

8

Na frase “*é ingênuo creditar a postura brasileira apenas à ausência de educação adequada*” foi corretamente empregado o acento indicativo de crase.

Assinale a alternativa em que o acento *indicativo de crase* está corretamente empregado.

- (A) O memorando refere-se à documentos enviados na semana passada.
- (B) Dirijo-me à Vossa Senhoria para solicitar uma audiência urgente.
- (C) Prefiro montar uma equipe de novatos à trabalhar com pessoas já desestimuladas.
- (D) O antropólogo falará apenas àquele aluno cujo nome consta na lista.
- (E) Quanto à meus funcionários, afirmo que têm horário flexível e são responsáveis.

9

Assinale a alternativa em que a *vírgula* está corretamente empregada.

- (A) O jeitinho, essa instituição tipicamente brasileira pode ser considerado, sem dúvida, um desvio de caráter.
- (B) Apareciam novos problemas, e o funcionário embora competente, nem sempre conseguia resolvê-los.
- (C) Ainda que os níveis de educação estivessem avançando, o sentimento geral, às vezes, era de frustração.
- (D) É claro, que se fôssemos levar a lei ao pé da letra, muitos sofreriam sanções diariamente.
- (E) O tempo não para as transformações sociais são urgentes mas há quem não perceba esse fato, que é evidente.

10

Observando a frase “*buscará dissuadir a autoridade ‘menor’ de aplicar-lhe uma sanção*” (L.46-47), assinale a alternativa em que a substituição da palavra sublinhada mantenha o sentido que se deseja comunicar no texto.

- (A) obrigar.
- (B) desaconselhar.
- (C) persuadir.
- (D) convencer.
- (E) coagir.

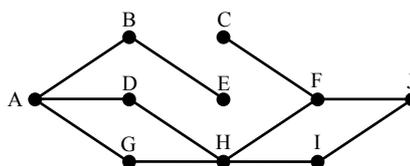
Raciocínio Lógico-matemático

11

Daqui a 15 dias, Márcia fará aniversário. Paula fez aniversário há 8 dias. Júlia fará aniversário 6 dias antes de Márcia.

Se Paula faz aniversário no dia 25 de abril, é correto concluir que:

- (A) hoje é dia 02 de maio.
- (B) hoje é dia 05 de maio.
- (C) Júlia fará aniversário no dia 09 de maio.
- (D) Júlia fará aniversário no dia 12 de maio.
- (E) Márcia fará aniversário no dia 15 de maio.

12

A figura acima ilustra uma construção formada por 10 pontos e 11 segmentos. Cada segmento liga exatamente 2 pontos. Um caminho de A a J é uma sucessão de segmentos interligados que começa no ponto A e termina no ponto J, sem que se passe mais de uma vez por um mesmo ponto. Observe que:

- AD + DH + HF + FJ é um caminho de A até J, formado por 4 segmentos;
- AD + HF + FJ **não** é um caminho de A até J, porque AD e HF não são segmentos interligados.

Assinale a alternativa que indique quantos caminhos existem de A até J.

- (A) 5
- (B) 4
- (C) 3
- (D) 2
- (E) 1

13

Em uma fila, denominamos *extremos* o primeiro e o último elementos e *equidistantes* os elementos que estão à mesma distância dos extremos.

A distância entre dois elementos consecutivos dessa fila é sempre a mesma, quaisquer que sejam esses dois elementos.

Sabendo que essa fila é formada por 52 elementos, o 8º elemento é equidistante ao:

- (A) 44º elemento.
- (B) 45º elemento.
- (C) 46º elemento.
- (D) 47º elemento.
- (E) 48º elemento.

14

Dado um conjunto A, chamamos *subconjunto próprio não vazio* de A a qualquer conjunto que pode ser formado com *parte* dos elementos do conjunto A, desde que:

- algum elemento de A seja escolhido;
- não sejam escolhidos todos os elementos de A.

Sabemos que a quantidade de subconjuntos próprios não vazios de A é 14. A quantidade de elementos de A é igual a:

- (A) 4
- (B) 5
- (C) 6
- (D) 7
- (E) 8

15

Mariano distribuiu 3 lápis, 2 borrachas e 1 caneta pelas 3 gavetas de sua cômoda. Adriana, sua esposa, abriu uma das gavetas e encontrou, dentro dela, 2 lápis e 1 caneta. Sabendo-se que nenhuma das 3 gavetas está vazia, analise as afirmativas a seguir:

- I. É possível garantir que, abrindo-se qualquer outra gaveta, encontra-se pelo menos uma borracha.
- II. É possível garantir que, abrindo-se qualquer outra gaveta, encontra-se um único lápis.
- III. É possível encontrar, em uma das gavetas, mais de uma borracha.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

16

Certo dia, três amigos fizeram, cada um deles, uma afirmação:

Alúcio: – *Hoje não é terça-feira.*

Benedito: – *Ontem foi domingo.*

Camilo: – *Amanhã será quarta-feira.*

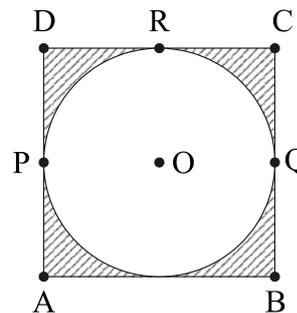
Sabe-se que um deles mentiu e que os outros dois falaram a verdade.

Assinale a alternativa que indique corretamente o dia em que eles fizeram essas afirmações.

- (A) sábado.
- (B) domingo.
- (C) segunda-feira.
- (D) terça-feira.
- (E) quarta-feira.

17

Uma circunferência de centro em O está inscrita em um quadrado de vértices A, B, C e D, como ilustrado. P, Q e R são pontos em que a circunferência toca o quadrado.



Com relação à figura, analise as afirmativas a seguir:

- I. A área interior ao quadrado e exterior à circunferência é menor do que a metade da área total do quadrado.
- II. A distância de A até O é menor do que a metade da medida do lado do quadrado.
- III. O percurso **PRQ**, quando feito por cima da circunferência, é mais curto do que o feito por sobre os lados do quadrado.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

18

Um número N acrescido de 20% vale 36, o mesmo que um número P reduzido de 10%. A soma de N e P é:

- (A) 60
- (B) 65
- (C) 70
- (D) 75
- (E) 80

19

Um dado é dito "comum" quando faces opostas somam sete. Deste modo, num dado comum, o 1 opõe-se ao 6, o 2 opõe-se ao 5 e o 3 opõe-se ao 4.

Lançando-se duas vezes seguidas um mesmo dado comum, os resultados obtidos são descritos por um par ordenado (a,b), em que a é o resultado obtido no 1º lançamento e b, o resultado obtido no 2º lançamento.

Assinale a alternativa que indique, corretamente, quantos pares ordenados diferentes podem ser obtidos de modo que a soma dos resultados seja sempre igual a 8.

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 6

20

Ao caminhar, Márcia e Paula dão sempre passos uniformes. O passo de Márcia tem o mesmo tamanho do de Paula. Mas, enquanto Paula dá cinco passos, Márcia, no mesmo tempo, dá três passos.

No início da caminhada, Márcia estava 20 passos à frente de Paula. Se elas caminharem sem parar, Paula, para alcançar Márcia, deverá dar o seguinte número de passos:

- (A) 20
- (B) 25
- (C) 30
- (D) 40
- (E) 50

Direito Administrativo

21

De acordo com a Lei Federal 8.666/93, a modalidade de licitação que comporta menor formalismo, porque se destina a contratações de menor vulto, é denominada:

- (A) pregão. (B) convite.
(C) concurso. (D) concorrência.
(E) tomada de preços.

22

Nos termos do Estatuto das Licitações, assinale a alternativa que apresente um motivo para *rescisão do contrato administrativo*.

- (A) A supressão, por parte da Administração, de serviços no percentual de 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato.
(B) Qualquer paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento.
(C) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por 100 dias.
(D) O atraso superior a 30 dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento.
(E) A não-liberação, por parte da Administração, de área para execução de obra, no prazo contratual.

23

Com relação aos *princípios inerentes* aos serviços públicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O princípio da continuidade impede que haja suspensão do serviço público, ainda que motivada por razões técnicas.
II. As concessionárias de serviço público devem observar o princípio da eficiência, mantendo adequado o serviço executado.
III. A remuneração dos serviços públicos não pode abranger parâmetros diferenciados de cobrança em razão do princípio da modicidade.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

24

São considerados servidores públicos:

- (A) os chefes do Executivo e os militares.
(B) os servidores estatutários e os agentes políticos.
(C) os servidores temporários e os empregados públicos.
(D) os agentes putativos e os particulares em colaboração com o Poder Público.
(E) os militares e os empregados de uma empresa permissionária de serviço público.

25

Com relação à *requisição administrativa*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Terá sempre caráter de definitividade.
II. Será aplicada somente em situação de guerra ou de movimentos de origem política.
III. Será a indenização sempre *a posteriori*, caso seja devida.
IV. Incidirá apenas sobre bens imóveis.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente a afirmativa III estiver correta.
(C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

26

O *atributo* pelo qual atos administrativos se impõem a terceiros, ainda que de forma contrária a sua concordância, é denominado:

- (A) competência.
(B) veracidade.
(C) vinculação.
(D) imperatividade.
(E) autoexecutoriedade.

27

No direito brasileiro, existem duas diferenças fundamentais entre as sociedades de economia mista e as empresas públicas.

Assinale a alternativa que explicita essas diferenças.

- (A) composição do capital e forma jurídica.
(B) personalidade jurídica e forma de extinção.
(C) forma jurídica e controle estatal.
(D) forma de criação e personalidade jurídica.
(E) controle estatal e composição do capital.

28

A respeito da *concessão de serviço público*, analise as afirmativas a seguir.

- I. As cláusulas contratuais relativas aos direitos e deveres dos usuários para utilização do serviço são consideradas essenciais.
II. A Lei 8.987/95 possibilita a revisão das tarifas, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
III. As concessões podem ser outorgadas por prazo determinado ou indeterminado, desde que seja garantido o ressarcimento do capital investido.
IV. A retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo de concessão, por motivos de interesse público, denomina-se encampação.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
(B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(C) se somente as afirmativas incisos II e IV estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

29

A licitação, de acordo com a Lei Federal 8.666/93, é **inexigível** na seguinte hipótese:

- (A) aquisição de materiais e equipamentos que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
(B) alienação, por meio de permuta, de bens imóveis da Administração Pública.
(C) celebração de contrato de concessão de direito real de uso.
(D) celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
(E) aquisição de bens, nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público.

30

Compete ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse das pessoas federativas.

Essa competência diz respeito:

- (A) ao controle judicial.
(B) ao controle hierárquico.
(C) ao controle legislativo, de natureza política.
(D) ao controle legislativo, de natureza financeira.
(E) ao controle administrativo.

Direito Constitucional

31

Considerando o estatuto constitucional do Ministério Público, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os membros do Ministério Público gozam da garantia da vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo, salvo por sentença transitada em julgado, ou por decisão do Conselho Nacional do Ministério Público em processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.
- II. Algumas das vedações previstas na Constituição aos membros do Ministério Público são: *o exercício de atividade político partidária; o exercício, ainda que em disponibilidade, de qualquer outra função pública, salvo uma de magistério; e a participação em sociedade comercial, na forma da lei.*
- III. São funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, o exercício do controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar respectiva, e a requisição à polícia judiciária de diligências investigatórias e de instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

32

Considerando o direito fundamental de privacidade assegurado no art. 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A quebra de sigilo de movimentações financeiras do indivíduo pode ser decretada por ordem judicial, por deliberação das comissões parlamentares de inquérito e pelo ministério público, nas investigações de sua competência.
- (B) A interceptação das comunicações telefônicas pode ser decretada por ordem judicial em processo de natureza penal, civil ou administrativa, na forma da lei.
- (C) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador. É vedado o ingresso durante a noite, salvo no cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão, na forma da lei.
- (D) A Constituição só permite a interceptação das comunicações telefônicas nos casos de investigação de crimes de terrorismo, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e crimes contra a administração pública, por ordem judicial, na forma de lei complementar.
- (E) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

33

Considerando os critérios de classificação das constituições quanto à sua *origem*, estabilidade e extensão, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988 é:

- (A) promulgada, rígida e sintética.
- (B) outorgada, semi-rígida e analítica.
- (C) promulgada, rígida e analítica.
- (D) outorgada, semi-rígida e sintética.
- (E) promulgada, flexível e analítica.

34

As alternativas a seguir apresentam características do *sistema federativo brasileiro*, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Repartição constitucional de competências entre a União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.
- (B) Atribuição de autonomia constitucional aos Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, podendo tais entes federativos organizar seus poderes executivo, legislativo e judiciário, na forma de suas constituições regionais.
- (C) Participação dos Estados-membros na elaboração das leis federais, através da eleição de representantes para o Poder Legislativo Federal.
- (D) Possibilidade constitucional excepcional e taxativa de intervenção federal nos Estados-membros e no Distrito Federal, para manutenção do equilíbrio federativo.
- (E) Indissolubilidade da federação, sendo vedada a aprovação de emenda constitucional tendente a abolir a forma federativa de Estado.

35

Considerando a competência constitucional do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.
- II. Qualquer cidadão pode propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, desde que demonstre interesse jurídico na solução da questão constitucional subjacente, podendo ser condenado no décuplo das custas o autor da ação considerada temerária.
- III. No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissibilidade do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Direito Civil

36

Terêncio, brasileiro, advogado, foi contratado pela empresa Caçarola e Cuia Ltda, para prestar serviços profissionais de consultoria jurídica. O contrato foi iniciado em 2003 e teve término em 2004. Restou pendente pagamento correspondente a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo baldadas todas as tentativas de recebimento amigável.

Tendo em vista suas inúmeras responsabilidades profissionais, com viagens constantes, Terêncio somente pode promover a ação de cobrança no ano de 2010. Citada a empresa, alegou a existência de prescrição da pretensão autoral.

Diante de tais fatos e à luz da legislação civil em vigor, é correto afirmar que:

- (A) a pretensão de Terêncio segue a regra geral de dez anos como prazo prescricional.
- (B) no caso em tela, há regra especial que estabelece prazo quinquenal como sendo de prescrição.
- (C) sendo a relação de trato sucessivo, a prescrição é renovada mês a mês, não se podendo, no caso, falar de prescrição.
- (D) caso a ré pagasse a dívida, deveria haver reembolso diante do prazo prescricional incidente.
- (E) o prazo prescricional em tela seria de três anos.

37

Empédocles, administrador de empresas, outorga mandato a Rupestre da Silva, corretor de imóveis, com o fito de alienação de bem imóvel de propriedade do mandante. O instrumento é lavrado em Cartório de Notas, com a outorga dos poderes gerais e especiais de alienar, hipotecar, transigir e firmar compromisso.

Após as diligências necessárias, o mandatário obtém de Mévio, as condições necessárias para a aquisição do referido bem, sendo designada data para a realização da escritura pública de compra e venda.

Antes do ato, Rupestre é comunicado do falecimento do mandante e, incontinenti, comunica a circunstância ao comprador que, prontamente, aquiesce com o adiamento do negócio, para regularização dos sucessores.

Diante desses fatos e à luz da legislação civil em vigor, analise as afirmativas a seguir.

- I. Sendo a situação de urgência o negócio poderia ser ultimado, o que in correu no caso em tela.
- II. Com os poderes especificados no mandato, poderia ocorrer o negócio em foco.
- III. O mandato para alienação de bem imóvel poderia ser conferido por instrumento particular.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
- (B) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

38

Leônidas, brasileiro, solteiro, efetua o empréstimo de imóvel da sua titularidade situado na rua Henrique Vargas 205, Florianópolis/SC a Crésio, brasileiro, empresário, pelo prazo de dois anos, mediante ajuste verbal.

No curso desse período, Leônidas é acometido de doença neurológica incapacitante, vindo a ser representado pelo seu curador Esculápio que, logo ao assumir o encargo, comunica o fato ao comodatário, verbalmente, e solicita a devolução do bem, tendo em vista que, apesar de ter requerido a continuação da avença, não obteve decisão favorável do Juiz titular da Vara Orfanológica local, inclusive com parecer nesse sentido, do membro do Ministério Público estadual.

Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os bens sujeitos a curatela somente podem ser cedidos em comodato, mediante autorização especial.
- II. Por ser contrato típico, o comodato somente pode ser realizado mediante contrato escrito, lavrado em Cartório de Notas.
- III. A formalização do comodato é da sua essência, decorrendo dessa circunstância, a sua concretização pelo modo escrito.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
- (B) se somente a afirmativa II for verdadeira.
- (C) se somente a afirmativa III for verdadeira.
- (D) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (E) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.

39

Semprônio realiza contrato de mútuo com Terêncio, emprestando a quantia de R\$ 20.000,00 para pagamento em dez prestações, incidentes juros legais, sem correção monetária. Para garantir a avença, intercede Esculápio, na condição de fiador, pelo período do contrato, renunciando ao benefício de ordem.

No curso da avença, o devedor, por motivos de doença da família, deixa de quitar algumas prestações. Após o período de dificuldades, credor e devedor ajustam a prorrogação do contrato, não informando tal situação ao fiador.

Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. O contrato de fiança somente estabelece a responsabilidade do fiador no período avençado no contrato.
- II. Mediante aquiescência do credor, do devedor e do fiador, a fiança pode se prorrogada.
- III. Não concordando o devedor com a fiança, credor e fiador estão proibidos de estabelecer a referida garantia no contrato.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
- (B) se somente a afirmativa II for verdadeira.
- (C) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

40

Mefistófeles, rico empresário, desejando premiar seu amigo Tício, realiza doação, mediante escritura pública, de vários bens imóveis de sua titularidade, ato que é devidamente inscrito no ofício imobiliário.

Dois anos após a doação, Tício, em acesso de fúria, empreende invasão da sede da empresa do doador e lhe desferiu quatro tiros de revólver, causando-lhe ferimentos graves, com consequente internação em nosocômio de escol, na Unidade de Terapia Intensiva, onde permaneceu, em perigo de morte, por duas semanas.

O doador sobreviveu ao evento e recebeu, por meio de amigos comuns, correspondência do donatário, suplicando o seu perdão, não manifestando qualquer sentimento em relação ao pedido formulado.

Após passados dois anos do trágico evento, Mefistófeles vem a falecer de doença cardiovascular, sem relação de causa e efeito com o trauma violento relatado anteriormente. Após o falecimento do doador, Efigênio, seu único filho consulta advogado sobre a possibilidade de revogação da doação efetuada, estando o donatário em regime prisional fechado, diante de condenação passada em julgado.

Diante de tais fatos, à luz das normas do Código Civil, analise as assertivas a seguir.

- I. O direito de revogar a doação é transmissível aos herdeiros em qualquer circunstância, inclusive no caso em tela.
- II. A ausência de ação revocatória pelo doador, exceto no caso de homicídio doloso, não permite o exercício de idêntico direito aos sucessores.
- III. O exercício da pretensão revocatória, no caso em referência, é extinta em um ano, a contar da data do evento.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
- (B) se somente a afirmativa II for verdadeira.
- (C) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

Direito Processual Civil

41

Esculápio, brasileiro, casado, advogado, estando regular na sua atividade como eleitor, portador dos seus direitos políticos, inconformado com a política nacional e os desmandos dos governantes, promove ação popular incluindo como réus o Presidente da República, o Presidente o STF, o Governador do Estado de Santa Catarina e o Prefeito de Florianópolis, por prejuízos causados pelo programa federal de obras, com verbas destinadas a Estados e Municípios.

Requer, também, a citação das empresas vencedoras dos processos licitatórios e as pessoas jurídicas, União Federal, Estado de Santa Catarina e Município de Florianópolis.

Postula a declaração de inconstitucionalidade da lei que autorizou o programa federal e do decreto presidencial que liberou verbas aos entes federados. O Município requereu o seu ingresso no pólo ativo da demanda.

Diante disso, pode-se afirmar que:

- I. a ação popular pode postular diretamente a declaração de inconstitucionalidade de lei e de decreto federal.
- II. o foro, por prerrogativa de função, regra geral, atinge também a ação popular.
- III. o ingresso do município no pólo ativo é permitido pela lei regente da ação popular.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
- (B) se somente a afirmativa II for verdadeira.
- (C) se somente a afirmativa III for verdadeira.
- (D) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (E) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.

42

Mévio é empregado em empresa do ramo industrial, sob regime de trabalho regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas, havendo depósito regular do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

Acometido de doença profissional, regularmente atestada por médico vinculado ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), procura agência bancária, responsável pela administração do FGTS. Nesse momento é surpreendido pela notícia de que o Superintendente do estabelecimento financeiro havia determinado que, nos casos de doença profissional, com aposentadoria por invalidez, deveria, além do atestado médico oficial, ser realizada perícia por médicos do quadro da instituição financeira.

Aduzindo ser tal ato ilegal, Mévio consulta advogado que impetra Mandado de Segurança contra o ato do Superintendente da instituição financeira, que é sociedade de economia mista.

A liminar não restou deferida, havendo recurso interposto, ocorrendo a notificação da autoridade coatora, para as devidas informações. No bojo das informações o Superintendente aduz que não pode ser considerado autoridade coatora e os atos praticados são de administração de pessoa jurídica não afeta ao controle do Poder Judiciário. O autor requer prova pericial suplementar.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) o mandado de segurança permite a produção de todas as provas admitidas em Direito.
- (B) a decisão que defere ou indefere medida liminar, em mandado de segurança, é irrecorrível.
- (C) os atos de sociedade de economia mista estão infensos ao controle por mandado de segurança.
- (D) as informações não prestadas, no prazo legal, caracterizam os efeitos da revelia.
- (E) o mandado de segurança somente admite prova documental.

43

O Governador do Estado de Santa Catarina promoveu Ação Direta de Inconstitucionalidade contra lei do Município de Blumenau, distribuída a Ministro do Supremo Tribunal Federal que, por decisão monocrática, indeferiu a petição inicial, tendo em vista que o controle por tal via não seria possível. Inconformado com a decisão apresentou recurso contra o ato monocrático, tendo a decisão do Ministro Relator sido apresentada em plenário e ratificada, à unanimidade.

Diante dessas circunstâncias, analise as afirmativas a seguir.

- I. O controle de constitucionalidade de lei municipal, por confronto com a Constituição Federal somente ocorre via incidental.
- II. O Relator da ação direta de inconstitucionalidade pode indeferir a petição inicial, como descrito no enunciado.
- III. A decisão monocrática do Relator é atacável por agravo de instrumento.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se somente a afirmativa III for verdadeira.
- (E) se somente a afirmativa II for verdadeira.

44

Banco BO S/A promove ação de execução, lastreada em nota promissória, no valor de R\$ 50.000,00, relativo a mútuo realizado em 03.01.2000, com período de carência de um mês, sendo a primeira prestação a ser paga aos 03.03.2000. O débito foi parcelado em cinquenta meses, ocorrendo o pagamento de mais da metade das prestações.

Por força de problemas pessoais, houve a paralisação do pagamento na vigésima-sexta prestação. Após três meses sem receber pagamento e não obtida a conciliação, foi proposta a ação, requerendo o autor a citação do executado para pagar o débito vencido. Após os atos processuais próprios, o réu, Fulano de Tal, não foi localizado, mas o exequente, em diligências, obteve dados sobre bens integrantes do patrimônio do executado, requerendo as providências cabíveis ao Juízo da execução.

Nessa linha, houve o arresto dos bens do devedor e, após, foi realizada sua citação.

A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) após intimado do arresto dos bens, deve o exequente, em dez dias, requerer a citação por edital do executado.
- (B) no caso do enunciado deverá o Oficial de Justiça realizar citação por hora certa.
- (C) não sendo citado o executado o processo deve ser suspenso.
- (D) após o arresto o Juiz deveria decretar a revelia do executado.
- (E) a ausência do executado impede que ocorra a apresentação de defesa.

45

Rob da Silva promoveu ação condenatória em face da União Federal, visando obter indenização diante dos prejuízos causados por artefato militar, deixado em terreno sem qualquer sinalização quanto aos perigos decorrentes de exercícios militares. Citada a União Federal, por meio do seu procurador, apresentou defesa regular, no prazo de trinta dias.

Houve o deferimento de provas documental, testemunhal, depoimento pessoal e pericial. Instruído o processo, foram comprovados os fatos narrados na peça isagógica e o pedido foi julgado procedente *in totum*. Houve a apresentação de embargos de declaração, rejeitados. A ré apresentou recurso de apelação em trinta dias, a contar da intimação pessoal da decisão que rejeitou os embargos declaratórios.

Com base no exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. O prazo para contestação, no caso, não seria de trinta dias, mas de sessenta.
- II. No caso dos recursos, o prazo para interposição de apelação, para a União Federal seria de sessenta dias.
- III. A apelação da União Federal pode ser apresentada em até trinta dias.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
- (B) se somente a afirmativa II for verdadeira.
- (C) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

Direito Tributário**46**

Considerando os verbos e complementos sublinhados, assinale a alternativa que contém hipótese **não** geradora da incidência de tributo instituído e cobrado pelo Estado de Santa Catarina.

- (A) Prestador de serviço de decoração e jardinagem fornece as mercadorias necessárias à respectiva prestação.
- (B) Pai doou R\$ 1.000,00 a seu filho.
- (C) Indústria catarinense importou bem destinado ao seu ativo permanente.
- (D) João Silva é proprietário de um jet ski.
- (E) Sociedade empresária catarinense interpõe recurso ao Tribunal Administrativo Tributário - TAT, em face de exigência de ITCMD objeto de autuação fiscal.

47

Lei catarinense, publicada em 01.12.2008, alterou, de 3% para 4%, a alíquota do IPVA relativo à propriedade de veículo usado, movido a gasolina.

Assinale a alternativa que indique a data que tal aumento pôde ser cobrado.

- (A) 02.03.2009.
- (B) 01.01.2009.
- (C) 01.01.2010.
- (D) 02.12.2009.
- (E) 31.12.2008.

48

Com relação às *isenções e benefícios fiscais* relativos ao ICMS, assinale a alternativa correta.

- (A) Exigem a edição de convênio entre os Estados e o Distrito Federal, apenas por meio de autorização impositiva.
- (B) Podem ser concedidos ou revogados, unilateralmente, por lei ordinária do Estado.
- (C) Exigem autorização dos Estados e do Distrito Federal, apenas para sua concessão.
- (D) Podem ser concedidos por meio de convênio autorizativo, mas apenas para revogação.
- (E) Exigem a edição de convênio entre os Estados e o Distrito Federal, para sua concessão e revogação.

49

Com relação ao *crédito tributário*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Deve ser inscrito na Dívida Ativa do Estado, se não pago no prazo legal.
- (B) Tem sua exigibilidade suspensa no caso de o contribuinte efetuar o depósito do seu montante integral.
- (C) Prefere a qualquer outro crédito, à exceção dos de origem trabalhista e de outros em processo de falência.
- (D) Extingue-se no prazo de 5 (cinco) anos contados da data da ocorrência do fato gerador.
- (E) Não se extingue com a morte do contribuinte devedor.

50

Correlacione a coluna da direita com o que pede na coluna da esquerda.

- | | |
|--|--|
| 1. Modalidade de lançamento tributário. | () execução fiscal |
| 2. Ação judicial da Fazenda Pública face ao contribuinte. | () denúncia espontânea |
| 3. Norma complementar das leis e dos decretos. | () por homologação |
| 4. Modalidade de extinção da punibilidade por infração tributária. | () resolução editada pelo Secretário da Fazenda |

Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta, de cima para baixo, da correlação das colunas:

- (A) 2, 4, 1 e 3.
- (B) 2, 4, 3 e 1.
- (C) 1, 2, 4 e 3.
- (D) 4, 2, 1 e 3.
- (E) 2, 1, 4 e 3.

Direito do Trabalho**51**

O atraso no pagamento dos salários dará direito ao empregado:

- (A) de exigir recibo expresso do não-pagamento dos valores.
- (B) de receber multa de 30% sobre os valores devidos.
- (C) de cobrar o salário em dobro após três meses de mora.
- (D) de reduzir a carga horária de trabalho.
- (E) de aplicar justa causa ao empregador.

52

Assinale a alternativa que indique o princípio do Direito do Trabalho que prevê a proteção dos salários contra descontos não previstos em lei.

- (A) Princípio da unidade salarial.
- (B) Princípio da primazia da realidade.
- (C) Princípio da materialidade salarial.
- (D) Princípio da legalidade.
- (E) Princípio da intangibilidade.

53

O valor do piso salarial determinado em norma coletiva é denominado de:

- (A) salário diferido.
- (B) salário garantido.
- (C) salário-base.
- (D) salário relativo.
- (E) salário absoluto.

54

No Direito do Trabalho, o período de sustação das cláusulas do contrato de trabalho, sem que haja pagamento total ou parcial dos salários, é chamado de:

- (A) suspensão.
- (B) interrupção.
- (C) paralisação.
- (D) descontinuidade.
- (E) inatividade.

55

No Direito do Trabalho, o *acordo coletivo* é classificado como uma fonte:

- (A) jurisprudencial.
- (B) material heterônoma.
- (C) material autônoma.
- (D) costumeira.
- (E) formal.

Direito Processual do Trabalho**56**

Assinale a alternativa que apresente o Tribunal competente para julgar, originariamente, dissídio coletivo em que seja parte entidade sindical dos bancários, envolvendo o território do Estado de Santa Catarina.

- (A) Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
- (B) Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.
- (C) Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
- (D) Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.
- (E) Tribunal Superior do Trabalho.

57

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, a demanda trabalhista contra uma empresa de economia mista, no valor de trinta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, ficará submetida ao procedimento:

- (A) sumário.
- (B) sumaríssimo.
- (C) ordinário.
- (D) especial.
- (E) comum.

58

Com relação às nulidades nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, analise as alternativas a seguir:

- I. Haverá nulidade quando do ato processual puder resultar prejuízo às partes litigantes, ou se houver prejuízo ao direito financeiro ou econômico, decorrente do conflito de direito material.
- II. A incompetência do juízo não poderá ser declarada *ex officio* pelo magistrado, mas somente arguida pela parte interessada, no primeiro momento em que puder falar nos autos.
- III. A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

59

Com relação aos Dissídios Coletivos, analise as alternativas a seguir:

- I. A competência no Tribunal Superior do Trabalho para julgamento dos dissídios coletivos é da Seção Especializada em Dissídios Coletivos.
- II. Os dissídios coletivos de natureza jurídica são aqueles destinados a reavaliar normas e condições coletivas de trabalho preexistentes, que se hajam tornado injustas.
- III. O dissídio coletivo é o processo que visa a dirimir controvérsias entre pessoas jurídicas e grupo de empregados determinados, em que se discute interesses concretos de acordo com as normas já existentes no mundo jurídico.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

60

Assinale a alternativa que apresente um pressuposto processual subjetivo dos recursos da Justiça do Trabalho.

- (A) Previsão legal.
- (B) Capacidade.
- (C) Adequação.
- (D) Tempestividade.
- (E) Preparo.

Direito Comercial**61**

Com relação ao tema *Efeitos da Decretação da Falência*, considere as afirmativas a seguir.

- I. Os contratos bilaterais se resolvem *ex lege* pela decretação da falência, podendo ser cumpridos somente para a manutenção e preservação da massa falida, mediante autorização do administrador judicial.
- II. O mandato conferido pelo devedor, antes da falência, para a realização de negócios, cessará seus efeitos com a decretação da falência, cabendo ao mandatário prestar contas de sua gestão.
- III. A decretação da falência preserva o exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação, os quais poderão permanecer na posse dos credores até o encerramento do processo falimentar.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
- (B) se somente a afirmativa II for verdadeira.
- (C) se somente a afirmativa II e III forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas I e III forem corretas.
- (E) se todas as afirmativas forem corretas.

62

A sociedade anônima, no que se refere à subscrição do capital social, poderá ser constituída:

- (A) por subscrição particular, apenas.
- (B) por subscrição pública, apenas.
- (C) por subscrição mobiliária, apenas.
- (D) por subscrição mobiliária ou por subscrição pública.
- (E) por subscrição pública ou por subscrição particular.

63

O Conselho de Administração nas sociedades anônimas, de acordo com a Lei 6.404/76, poderá ser:

- (A) facultativo nas sociedades de economia mista e nas sociedades de capital aberto.
- (B) facultativo nas sociedades de economia mista e obrigatório nas sociedades de capital aberto.
- (C) obrigatório nas sociedades de economia mista e facultativo nas sociedades de capital fechado.
- (D) obrigatório somente nas sociedades de economia mista.
- (E) facultativo somente nas sociedades de capital autorizado.

64

As alternativas a seguir apresentam espécies de debêntures, em função das garantias oferecidas pela sociedade emissora, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) as com garantia real.
- (B) as com garantia fluante.
- (C) as com garantia pessoal.
- (D) quirografárias.
- (E) subquirografárias.

65

Nos termos da Lei 11.101/05, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, no que tange ao *Pedido de Restituição*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A restituição de coisa vendida a crédito e entregue ao devedor, nos 15 (quinze) dias anteriores ao requerimento de sua falência, poderá ser pedida se ainda não alienada.
- (B) A sentença que reconhecer o direito do requerente determinará a entrega da coisa no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- (C) A apelação com efeito suspensivo da sentença que julgar o pedido de restituição, é cabível.
- (D) O autor do pedido de restituição, que pretender receber o bem ou a quantia reclamada antes do trânsito em julgado da sentença, não precisará prestar caução.
- (E) O pedido de restituição não suspende a disponibilidade da coisa até o trânsito em julgado.

66

Constitui fundamento do pedido de falência, a hipótese de o devedor, no prazo estabelecido, deixar de cumprir:

- (A) a obrigação assumida perante o Comitê de Credores.
- (B) a obrigação assumida por meio de títulos de créditos, líquidos e certos.
- (C) a obrigação assumida no plano de recuperação judicial.
- (D) a obrigação assumida no processo de execução fiscal.
- (E) a obrigação assumida no processo de execução extrajudicial.

67

Com relação aos *títulos de créditos*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O aceite na duplicata mercantil é sempre facultativo, já que é título causal.
- (B) O devedor cambial pode ter a sua obrigação garantida por mais de um avalista.
- (C) No caso de avais simultâneos, o avalista que paga o cheque tem ação cambiária em relação aos demais co-avalistas porque são obrigados ao mesmo grau.
- (D) A letra de câmbio, com o endosso em preto, se torna um título ao portador.
- (E) A nota promissória não pode ser transmitida por endosso.

68

A decretação da liquidação extrajudicial da instituição financeira **não** se dará *ex officio*:

- (A) em razão de ocorrências que comprometam sua situação econômica ou financeira e, especialmente quando deixar de satisfazer, com pontualidade, seus compromissos ou quando se caracterizar qualquer dos motivos que autorizem a declaração de falência.
- (B) quando a administração violar gravemente as normas legais e estatutárias que disciplinam a atividade da instituição, bem como as determinações do Conselho Monetário Nacional ou do Banco Central do Brasil, no uso de suas atribuições legais.
- (C) quando, cassada a autorização para funcionar, a instituição não iniciar, nos 90 (noventa) dias seguintes, sua liquidação ordinária, ou quando, iniciada esta, o Banco Central do Brasil verificar que a morosidade de sua administração pode acarretar prejuízo para os credores.
- (D) quando por proposta do interventor, forem expostos circunstanciadamente os motivos justificadores da medida.
- (E) quando a instituição sofrer prejuízo que sujeite a risco anormal seus credores quirografários.

69

A respeito do tema *Contrato de Alienação Fiduciária*, considere as afirmativas a seguir.

- I. No caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o proprietário fiduciário ou credor deverá vender a coisa a terceiros, necessariamente, através de leilão ou hasta pública, com prévia avaliação do bem, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver.
- II. A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor.
- III. O proprietário fiduciário ou credor poderá requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, desde que comprovada a mora ou o inadimplemento do devedor.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II for verdadeira.
- (B) se somente a afirmativa III for verdadeira.
- (C) se somente a afirmativa I e III forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas II e III forem corretas.
- (E) se todas as afirmativas forem corretas.

70

O interventor de instituição financeira privada, em cumprimento ao processo de intervenção, concluirá, em sessenta dias contados de sua posse, um relatório contendo, entre outros pontos, proposta justificada da adoção das providências que lhe pareçam convenientes à instituição.

O relatório deverá, em seguida, ser apresentado:

- (A) ao Conselho Monetário Nacional.
- (B) ao Banco Central do Brasil.
- (C) ao Banco do Brasil S/A.
- (D) ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- (E) à Agência Nacional de Fiscalização do Mercado Financeiro.

Realização:



F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS